

LITERATURA BRASILEIRA DE EXPRESSÃO AMAZÔNICA, LITERATURA DA AMAZÔNIA OU LITERATURA AMAZÔNICA?¹

José Guilherme dos Santos FERNANDES²

RESUMO

Uma das questões capitais para a compreensão da Amazônia é considerar se existe uma cultura e uma literatura próprias da região, pois essa discussão transita pela ancestral relação entre o local e o universal. Historicismos à parte, este artigo se propõe a observar a questão por um outro ângulo, isto é, privilegiando antes o método de análise do que aspectos mais conceituais.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Literária. Literatura da Amazônia. Regionalismo.

Outro dia, revirando minha memória em documentos, lá estava ele. Não era propriamente *in natura*, apenas uma cópia reduzida, mas que a nitidez deixava destacar a manchete: *Clima de interior no Show Pirão*; a data: 21 de julho de 1988. Os pretensos músicos e compositores: eu, Demétrio, Bola, Gilmar e Louro. Parecia até uma escalação de futebol de salão, mas nosso estilo, há 16 anos passados, não era muito compatível com as mechas alouradas e cabelos “batidinhos” de hoje, e os brincos em ambas as orelhas inexistiam: éramos magros, cabeludos e ripongas! A apresentação acontecia na programação da CLIMA – Associação dos Compositores, Letristas, Intérpretes e Músicos do Pará – intitulada *Clima de Som*, no Cine-Teatro Líbero Luxardo, no Centro Turístico e Cultural do Pará “Tancredo Neves”, em Belém, numa quinta-feira. Ah, quanta saudade daqueles tempos idos, em que os aspirantes a músicos e compositores, nesta terra, formavam uma grande comunidade sempre em briga com as instituições, por espaço e por autonomia. Mas o recorte do jornal *O Liberal*, com a notícia do primeiro show de minha curta carreira musical, foi mais que um *revival* saudosista de um pequeno querendo fazer arte. Também mostrou o indício e o início de um discurso regionalista que na década de 80 ajudou a construir a imagem da Amazônia na música local e, quiçá, no discurso institucional que hoje se tem sobre a região, o que já vinha fermentado desde os anos 70 com a música de Paulo André e Ruy Barata³, resguardadas as proporções e ideologias. Mas vale citar algumas passagens da matéria, do discurso jornalístico e institucional: “fusão de vários ritmos regionais”, “clima de interior”, “violões, vozes e músicas regionais”. Repentinamente, deparei-me como parte da história local, primeiramente como agente sacralizador de um regionalismo beirando a “regionalice”, e posteriormente como um pesquisador dessacralizador dessa visão em seu viés mais chauvinista, o nacional-popular e o regionalismo “não-representativo” do povo, conforme já havia denunciado Gramsci. Mas como conviver com meu outro ego hoje, meu idem, que sou eu duplicado? Eu sou o que fui ontem e o que sou hoje. Mas é tempo de partir, encontrar partes e seguir.

QUERELAS ENTRE O LOCAL E O UNIVERSAL

Ao que parece, desde que o homem é *sapiens*, ou seja, desde que se viu como ser histórico, com livre arbítrio para compreender e tocar a si próprio e aos seus “pareceiros”, passou, ao mesmo tempo, a conviver com a diáspora do local e do universal, quando, na ânsia de organizar e controlar

¹ Artigo originalmente apresentado em 24/09/2004, no Ciclo de Palestras de Literatura Brasileira, durante a VIII Feira Pan-Amazônica do Livro, realizada em Belém(Pa), promovida pelo Governo do Estado do Pará.

² Professor da Universidade Federal do Pará.

³ Respectivamente, músico e letrista paraenses que, no início dos anos 70, deram um novo impulso à literatura e à música locais, com um “apelo” regional, sem, contudo, cair na pieguice regionalista e no expediente fácil da “regionalice”, que tangencie o chauvinismo do nacionalismo populista.

a vida social, ficou a meio caminho entre dominar ou ser dominado pelos valores e concepções de mundo de si ou de outrem. Essa questão se acentuou bem mais com o expansionismo colonialista europeu na Era Moderna. E diria até mais, com o advento das independências de países asiáticos, africanos e americanos essa questão adquiriu uma nova dimensão, a globalização econômica e a mundialização das culturas, que inauguraram uma fase: o Pós-Colonialismo. A respeito dessa querela, podemos encontrar em Silviano Santiago uma chave para começar a descerrar portas. No lúcido ensaio intitulado “Apesar de dependente, universal”, o autor afirma que:

A universalidade ou bem é um jogo do colonizador, em que se consegue pouco a pouco a uniformização ocidental do mundo, a sua totalização, através da imposição da história européia como História universal, ou bem é um jogo diferencial em que as culturas, mesmo as em situação econômica inferior, se exercitam dentro de um espaço maior, para que se acentuem os choques das ações de dominação e as reações dos dominados (SANTIAGO, 1982, p. 23-24).

Parafraçando o autor, precisamos encontrar o “entre-lugar”, e digo, encontrar a “entremeagem”⁴ de nosso discurso, no jogo fluente que parta da universalidade colonizadora e etnocêntrica para a verdade da universalidade diferencial. O ponto de partida e de chegada, nessa questão, é encontrar o “ponto do doce”, lugar em que se agudizam nossas dificuldades epistemológicas em caracterizar a literatura produzida na e para a Amazônia como sendo portadora ou de uma expressão mais local ou de uma expressão mais universal. Minha hipótese é que o caráter nacional ou regional da produção amazônica, ou amazônica, é menos uma questão conceitual e mais um exercício metodológico, por mais que entre teoria e prática a distância seja a mesma, e minha orientação seja da filosofia da práxis, o que tratarei com detalhe mais adiante. Mas antes, consideremos dois pontos de vistas que tratam a questão por enfoques distintos, talvez antagônicos, representados por Paulo Nunes, professor de Literatura Brasileira da Universidade da Amazônia (UNAMA), escritor e doutorando em Estudos Literários (UFMG), e por Edílson Pantoja, professor de Filosofia da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) e mestrando em Estudos Literários (UFPA), ambos os autores de Belém do Pará.

Nunes, através do ensaio *Literatura paraense existe?*, divulgado no site <http://www.portaldaamazonia.org.br>, afirma que “a expressão literatura paraense, além de ser acanhada demais, fere a universalidade, princípio básico a qualquer manifestação que se deseje artística”, completando que a manifestação literária de autores nascidos no Pará não pode cair na fórmula fácil de designações que induzem a uma afirmação de nossa cultura como “exótica, regional, incapaz de difundir sentimentos universais”. Mais adiante, conclui:

Precisamos, hoje, mais do que nunca, deixar de pensar acanhadamente. Até mesmo porque se formos aplicar a denominação pátrio-adjetiva para as literaturas regionais, teremos uma superfragmentação da chamada Literatura Brasileira (...). Por essas e outras – embora sendo professor de

⁴ “Entremeio”, “entremeado”, são expressões utilizadas na linguagem coloquial de “ribeirinhos” e “caboclos” na Amazônia paraense, quando se referem a alguma coisa misturada: – “O peixe tá graúdo ou miúdo?” / – “Tá entremeado, freguesa!”; ou então: – “O senhor só tem pescada?” / – “Tá entremeado com outros peixes!” É uma expressão que conota também a hibridez, por seu senso de ambigüidade e impureza. Mas opto pela “entremeagem” por seu caráter mais local, sem que perca o universal. Como o hibridismo, aponta para a diversidade quantitativa e qualitativa – graúdo e miúdo, ou variedades de espécies –, mas não traz a mistura no sentido de desigualdade, que torna estéril o conceito e reforça preconceitos sobre a indeterminação do que seja o híbrido, tão questionado e de “delicado” uso, mesmo pelos mais diferentes segmentos que tratam de políticas de afirmação racial, que evitam considerar nossa cultura pós-colonial de mestiça, por razões óbvias de políticas de identidade. Uso o termo aqui no seu sentido mais etimológico, de “por de permeio”; “penetrar, atravessar”; “misturar, intermediar”; “mediação” (1813), aqui inclusive como alusão ao conceito marxista. Ou então, como sua forma divergente popular, “entremeio” (séc. XVII), que sinaliza uma forma a meio caminho entre o popular e o erudito, o que está mais próximo de minhas finalidades epistemológicas “gramscianas”, ou seja, a filosofia da práxis.

Literatura da Amazônia –, tenho optado por uma expressão que considero mais conseqüente em se tratando de literatura da/sobre a nossa região: literatura brasileira de expressão amazônica. Afinal, está na hora de (como fizeram os primeiros modernistas) os demais brasis redescobrirem este Brasil que está ao norte, e é demarcado pela linha do Equador. E a literatura, penso, é mais que pretexto, ela é, sem trocadilhos, o passaporte. E que ela não seja somente paraense, seja brasileira, quiçá universal!

De outro modo, Pantoja divulgou, mediante o site <http://www.dalcidiana.blogspot.com.br>, o ensaio *Não existe uma literatura paraense?!*, em que trata a questão, no mínimo, diferentemente. Logo em princípio, afirma:

Não se pode, em nome do desejo de universalização, suprimir o regional. O universal não existe sem o particular, o nacional não existe sem o regional, de modo que, em nome do primeiro, não se pode ignorar o segundo. E muito embora concorde com Nunes quanto à postura simplória que leva alguns a “misturar palavras azedas que provocam estranhamento a olhos e ouvidos”, não vejo que haja, entre este tipo menor de literatura e a denominação pátria *Literatura Paraense*, uma relação necessária e exclusivista que autorize esta literatura de baixa qualidade a representar a “manifestação literária de autores nascidos no Pará”.

Ainda, Pantoja alega que em nada altera a substituição de um adjetivo pátrio por outro, como propõe Nunes ao considerar mais conseqüente a utilização de *literatura brasileira de expressão amazônica* em vez de *literatura paraense*: “A própria denominação (pátria) *literatura brasileira*, se considerada a perspectiva mais global, é também regional”. E emenda:

O que vejo, na recusa do segundo e sua substituição pelos demais, é a expressão do Pensamento uniformizante e totalitário que Adorno e Horkheimer identificam como *Aufklärung* (Esclarecimento), o qual, à semelhança de um rolo compressor, passa por cima das diferenças e particularidades em nome do desejo de universalidade. Tal Pensamento é identificado como sendo a Metafísica e razão ocidentais. Como se sabe, já em Platão os elementos particulares eram suprimidos e sacrificados em nome da Idéia (esta, forma, modelo universal dos entes individuais). E o totalitarismo de Platão (bem compreendido, esclareça-se), condenava o fazer estético porquanto, segundo ele, encontra-se relegado ao plano da mera imitação (*mimesis*) do particular.

O que fazer, que caminho tomar depois do ressoar de vozes tão competentes? Não tenho nenhuma pretensão de ser um juriconsulto, mas muito mais de pôr lenha na discussão, não para incendiar e calar essas vozes e sim para acalentar-nos ao pé da fogueira e firmarmos um pacto de compadres. E meu pacto inicia por considerar que nos dois existem lá suas razões, mas que o foco talvez mereça ser ampliado.

Em primeiro lugar, a fricção e a ficção entre o universal e o local (aqui, entenda-se entre o nacional e o regional) descortina um fato mais reticular que é a IDENTIDADE, e na querela aqui tratada tem a ver com a relação entre o estético e o político, e porque não dizer o patético do sentimento de pertença a uma nação (compreendo nação como o sentimento de identidade, história e destino comuns entre os usuários de uma dada cultura). Vejamos como se forja o termo: identidade é derivativo do latim *idem*, “o mesmo, a mesma coisa”, mais o acusativo *-itātis* (-dade). O termo surge no século XVII e adquire, no século XX recorrência nos estudos literários para marcar o terreno das chamadas literaturas minorizadas e seu estatuto de autonomia, em face das literaturas canônicas. Portanto, identidade traz a marca de um discurso coletivo, que oblitera vozes que não se enquadrem nele, o que torna o conceito de identidade uma alteridade (*alter+ego*, i.e., “outro ego”,

que é o mesmo). Segundo Zilá Bernd (1992, p.15), “a identidade é um conceito que não pode afastar-se do de *alteridade*: a identidade que nega o outro, permanece no mesmo (idem). Excluir o outro leva à visão especular que é redutora: é impossível conceber o ser fora das relações que o ligam ao outro”. Baseado nesta concepção é que acredito que a identidade, em primeiro momento, quase nunca é uma auto-designação, no mais das vezes sendo atribuição do Outro em relação a Nós. A auto-designação de uma identidade freqüentemente ocorre quando nos sentimos ameaçados em nosso *modus vivendi* pelo estrangeiro ou quando precisamos auferir benesses políticas, marcando nosso território frente ao Outro. Talvez por isso Paulo Nunes observe que a auto-designação literária paraense seja tão minimizadora, reduzindo-nos o poder de criação, porque ao se identificarem obras de autores paraenses com um certo “paraensismo” não se permite a entrada do outro, do novo, do diferente, e aí se vai na contramão do conceito de *poiesis*, de criação literária. Contrariamente, a identidade, segundo Bernd (Ibidem. p.16), pode ser um “processo em permanente movimento de construção/desconstrução, criando espaços dialógicos e integrando a trama discursiva sem paralisá-la”. Este é o caminho que a mim parece ser o menos problemático para sair desse beco entre o local e o universal, o que me leva a aceitar mais o conceito de IDENTIFICAÇÃO (processo) ao de identidade (produto). Assim, nada nos impede, ideologicamente, de aceitar uma designação mais localista para a literatura produzida por autores paraenses, desde que se atente para as condições em que o discurso identitário é produzido. Mas, esperam aí: só é paraense, ou amazônica, ou brasileira, a literatura que tem autoria reconhecida de um aborígine dessas plagas? Aqui reside meu segundo ponto de questionamento e ampliação em relação ao que foi tratado por Nunes e Pantoja. Precisamos problematizar o sentido de regionalismo⁵, de região, sob o risco de colocar fora da bacia a água e a criança: não se pode dizer que o português Ferreira de Castro, em sua obra *A Selva*, não tenha sido tão amazônica como o paraense Ruy Barata o foi em seu poema *O Nativo de Câncer*. Vejamos o por quê de minha afirmação!

Antes da modernização industrial, o conceito de REGIÃO remetia a um grande território com aspectos particulares, e isolado do restante do mundo, sendo este constituído, assim, de infinitas regiões auto-suficientes e sem relações mais próximas além de serem, no máximo, contíguas. Mas para Milton Santos (1997,p.46), com a internacionalização da economia capitalista e a intensificação das trocas, “compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país”. Com isso, deve-se crer que a globalização econômica adquiriu diferentes versões no mundo, e quanto mais lugares se mundializam mais se tornam singulares e específicas as regiões:

A região torna-se uma importante categoria de análise, importante para que se possa captar a maneira como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas do Planeta ou dentro de um país, associando a nova dinâmica às condições preexistentes (Ibidem. p.47).

Ou seja, o modo de produção continua o mesmo, mas as condições de produção do capitalismo são distintas, conforme a região e a cultura ali existente, ou resistente: a narrativa literária se distingue exatamente por isso, por ser a história de conflitos e acordos entre estas instâncias. E aqui podemos afirmar, como já anunciou Silviano Santiago, que existe sim uma universalidade, mas a das diferenças. E essas diferenças são objetivadas na PAISAGEM, um outro conceito não só da geografia, mas também presente nos estudos literários. Pode-se conceituar paisagem como tudo aquilo que nossa vista, ou a do narrador, abarca a partir dos sentidos:

a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos (...). A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; dessa forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada (Ibidem. p.62).

⁵ Neste particular, minha preferência é por intitular antes uma Literatura da Amazônia do que uma Literatura Paraense. A razão é porque a circunscrição estadual é mais de natureza geopolítica e administrativa do que de ordem da cultura, e entendo que a literatura é uma produção cultural, originada pela relação do homem com o meio e com a paisagem que ele produz.

Chego à conclusão que o impasse não é se uma dada literatura tem caráter regional ou não, mas saber se o narrador ou enunciador constrói sua descrição do espaço a partir de uma percepção individual criadora, mesmo a despeito de uma realidade aparentemente única, de um espaço comum. Aí a apreensão depende do horizonte de expectativas do observador, de sua educação cognitiva e experiência como vivente de dado espaço, porque a percepção é um processo seletivo a partir de nossas vivências: a paisagem é memória e esquecimento! Considerando o narrador ou enunciador – aquele que também conduz o nosso olhar pela região mediante a leitura – posso afirmar que uma literatura localista não é a que obrigatoriamente é escrita por quem nasceu na região, mas toda aquela em que o local é descortinado como reflexo do universal, como a especificidade de uma região tratada na dinâmica do Mundo, e, não esqueçamos, através da “pena” (dupla pena) de uma voz crítica e criativa, que não sofre pressões e nem força a barra para aparentar ser mais ... “original”. Basta o narrador viver e conviver, através da narração, com a realidade anunciada, o que destitui a narrativa do seu sentido ideológico mais canhestro: a questão da autoria pouco importa em face do modo como a narrativa é construída, isto é, pouco importa a certidão de nascimento do autor porque sua ascendência, seu lugar de enunciação, se objetiva no modo de sua narração, de construir sua relação entre o local e o universal, de montar cenários e paisagens na narrativa. Aqui é notório o exemplo da narração em Dalcídio Jurandir (escritor paraense, 1909-1979), que se tece não apenas pela voz do narrador/escritor, mas o escritor também é porta-voz de quantos narradores conviveu, inclusive ele próprio, vivente dos campos marajoaras. O narrador de *Ponte do galo*, ao retratar como a personagem Dadá perdeu os longos cabelos, traz para a narrativa principal uma alusão ao mito da Cobra Grande, ou Boiúna, freqüente na literatura oral e popular da região. O irmão da cozinheira Dadá, Didico, enraivecido por ter sido recusado na cama da messalina Sabá Manjerona mata uma jibóia para “não anavalhar a rapariga”, o que provoca uma penalidade a partir da interdição de haver bulido com animal “sagrado” na crença do povo da ilha de Marajó:

Quem mandou o irmão matar a jibóia? A companheira da cobra vivia pelo arredor, cada cobra tem seu par, tirou vingança, deixando a baba pela cabeça da adormecida. Uma das amásias do Didico, acostuma catar a moça, invejosa sempre daquele cabelo, corta-lhe, uma tarde, um cacho e fez o malefício nas cinzas da trempe (JURANDIR, 1971, p.16).

Imiscuindo tempo da narrativa e tempo da narração, além do discurso indireto livre, o narrador não delimita em seu discurso o que seja a sua enunciação ou a enunciação coletiva impressa na crença local da Cobra Grande, parecendo importar, principalmente, o drama humano, e as possíveis respostas que outras narrativas possam trazer para tal, sejam científicas, míticas ou históricas. Dessa feita, local e universal perdem, em parte, seu caráter de conceitos fechados e ganham em possibilidade de “entremear” um novo discurso, mais dialético e aberto a vozes de expressão local, atentando para o universal.

POR UMA EXPRESSÃO DO LOCAL

A essa altura do campeonato, já posso me arvorar a optar por uma designação que considero mais adequada para o conjunto de obras que trazem traços de identificação da região, e que se situam na “entremeagem” do local e do universal: LITERATURA DA AMAZÔNIA. Explico!

Em seu primeiro sentido, a preposição *de* marca o lugar de onde provém algo, sua origem. Ademais, a idéia de causa é correlata à origem, o que implica dizer que a Amazônia é a origem e causa desse tipo de produção literária que funda um imaginário pautado em sua paisagem e identidade, transitórias entre o local e o universal: mas, atente-se, a Amazônia é ponto de partida e não um fim em si mesmo. E ainda mais, o que pode ser oportuno para uma análise que não procure essências amazônicas: ao dizermos “literatura amazônica” o adjetivo determina uma qualidade inerente ao substantivo, o mesmo não ocorrendo com a utilização da preposição, que antes aponta uma qualidade de momento, segundo Rodrigues Lapa (1991, P.191)), motivo pelo qual “são preferidas as locuções preposicionais tanto no estilo literário como na linguagem corrente”.

Metodologicamente, isso implica em dizer que a teoria da literatura da Amazônia, em meu entender, deve se preocupar, pelo menos em princípio, em elaborar *constructos* e não em apontar quem seja mais ou menos literato amazônida, que fale com mais “precisão” de que cor é o açáí ou o tucupí, no afã de estabelecer uma modelização cromática: esta operação pasteuriza a literatura! Portanto, teorizar sobre uma possível literatura da Amazônia é menos elencar e historiografar autores e obras e mais construir especulações que vão além da hipótese, do “achismo”, o que implica em questionar o senso comum do localismo mais xiita que só tem olhos para rimas fáceis e imagens catacréticas, como “mururé na beira do pé”, segundo o polêmico e irreverente cantor e compositor da música local Eloi Iglesias.

No tocante à expressão “Literatura Brasileira de Expressão Amazônica”, que me perdoe Paulo Nunes, com essa compreensão seu uso perde o sentido, por mais que se justifique a busca de universalidade do autor. Mas pela “lei de economia lingüística”, de nossa língua portuguesa, seu pragmatismo e expressividade estariam mais para o vernáculo germânico, tão interessante para se filosofar em ... alemão.

Por fim, acredito que a descoberta – não falo nem em redescoberta – pelos outros brasis desse Brasil literário “que está ao Norte” depende muito mais das condições de circulação e recepção dessa produção, que indiscutivelmente é de qualidade, por seu caráter local que desfralda o universal. A Feira Panamazônica do Livro, iniciativa anual do Governo do Estado a fim de fomentar a leitura, certamente é o começo, em função de seu alcance numérico que instiga a circulação desse bem cultural, o livro e a literatura. Mas está na hora de atentarmos para a recepção, que não está somente em criar metodologias de abordagem do texto literário, também está em se dar condições financeiras de aquisição das obras, para que o sentido festivo, solidário e comunitário de uma feira se estabeleça plenamente. Aí, sim, essa literatura, que tem origem em nossos rincões e pela voz de nossos narradores e poetas, poderá se arvorar ao título de Literatura da Amazônia: que seja referência para os de fora, mas que seja referência também para os de dentro de nossa cultura, que elida nacional e popular como sinônimos (é o caso da palavra *volkisch*, em alemão), e faça com que os intelectuais não estejam afastados do sentido de povo, do sentido de nação, “nação amazônica”! Portanto, observo que a discussão sobre o regionalismo na literatura da Amazônia não está distanciada da questão do nacional-popular em Gramsci, na Itália dos anos 30, do século XX, porque as duas realidades se aproximam, resguardadas suas particularidades; e as palavras do filósofo italiano podem ser oportunas para iniciarmos novos questionamentos em nossa realidade amazônica, como palavras finais e iniciadoras:

Mas não existe, de fato, nem uma popularidade da literatura artística, nem uma produção local de literatura “popular”, já que falta uma identidade de concepção do mundo entre “escritores” e “povo”, ou seja, os sentimentos populares não são vividos como próprios pelos escritores nem os escritores desempenham uma função “educadora nacional”, isto é, não se propuseram e nem se propõem o problema de elaborar os sentimentos populares após tê-los revivido e deles se apropriado (GRAMSCI, 2002, p.40).

REFERÊNCIAS

- BERND, Zilé. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre : Ed. da Universidade/UFRGS, 1992. 90p.
 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*; volume 6. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002. 495p.
 JURANDIR, Dalcídio. *Ponte do Galo*. São Paulo : Martins; Rio de Janeiro : INL, 1971. 176p.
 LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1991. 214p.
 SANTIAGO, Silviano. “Apesar de dependente, universal”. In: *Vale quanto pesa*; ensaios sobre questões político-culturais. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982. 200p.
 SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5. ed. São Paulo : Hucitec, 1997. 124p.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS:

- [http:// www.portaldamazonia.org.br](http://www.portaldamazonia.org.br)
[http:// www.dalcidiana.blogspot.com.br](http://www.dalcidiana.blogspot.com.br)